



## **Autarquias/dividas: Câmaras do Norte com dificuldades por causa de investimentos e das dividas à EDP**

2008-06-18 18:20:00

Porto, 18 Jun (Lusa) - As autarquias de Gondomar e Valongo contestaram hoje o 'ranking' do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2006, que as coloca em situação de ruptura financeira, acusando-o de contabilizar erradamente uma dívida de médio/longo prazo à EDP.

"Gostava que a Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC) [autora do anuário] tivesse o cuidado de saber o que está a dizer", lamentou o vice-presidente da Câmara de Valongo, em declarações à agência Lusa.

De acordo com João Queirós, na própria Lei das Finanças Locais está previsto que esta dívida deve ser contabilizada como de médio/longo prazo, não devendo ser considerada na de curto prazo.

O anuário referente a 2006, que vai ser apresentado publicamente quinta-feira, refere que 71 autarquias do país (contra 48 em 2005) estão em situação de ruptura financeira ou desequilíbrio financeiro estrutural, tendo por base a relação entre a dívida a fornecedores e as receitas totais do ano anterior. O 'ranking' das câmaras em pior situação é liderado por Aveiro, seguido da Nazaré, Fundão, Oliveira de Azeméis e Celorico da Beira.

Na região Norte, destaque ainda para Castelo de Paiva, Gondomar, Espinho, Valongo e Guarda. Segundo salientou o vice-presidente da Câmara de Valongo, a dívida da autarquia à EDP representa 21,3 milhões de uma dívida total de 39 milhões de euros, tendo o município ainda disponível uma capacidade de endividamento de 13 milhões de euros.

"Se a dívida à EDP for contabilizada como de médio/longo prazo, como o deve ser, a câmara está, actualmente, em equilíbrio financeiro de 9,5 milhões de euros", acrescentou.

Na mesma linha, o município de Gondomar - que no Anuário Financeiro de 2006 surge no 8º lugar entre os municípios em pior situação financeira - garante estar "em situação de solidez financeira" e ser "dos mais cumpridores do país".

"Este estudo da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas parece que pretende repetir o erro do ano passado", sustenta a autarquia em comunicado, recordando que os dados então divulgados, referentes a 2005 e que colocavam Gondomar no 1º lugar no 'ranking' das autarquias em ruptura financeira, motivou uma queixa-crime por parte da câmara por "confundir" dívidas de médio/longo e de curto prazo.

De acordo com a autarquia liderada por Valentim Loureiro, a dívida à EDP data do período compreendido entre 1978 e 1988 - anterior à gestão do actual presidente - tendo em 1997 sido celebrado com aquela empresa um protocolo de regularização dessa dívida "que tem sido rigorosamente cumprido".

"As prestações estão a ser pagas de acordo com o definido e o referido valor está contabilizado na Conta 222 - Fornecedores de Médio e Longo Prazo. Logo, não pode - ou não deve - ser considerada dívida de curto prazo", remata.

Contactado pela agência Lusa, o presidente da Câmara de Castelo de Paiva - autarquia que no anuário de 2006 surge no 6º pior lugar do 'ranking' - destacou que a autarquia "melhorou substancialmente" a sua situação financeira desde 2006 e "vai no bom caminho".

"Estamos a fazer um esforço muito grande", garantiu Paulo Teixeira, recordando que o último relatório da Direcção-Geral das Autarquias Locais reportou, há um mês, uma "substancial" melhoria dos prazos de pagamento a fornecedores e uma diminuição "drástica" da dívida da câmara.

"Desde Janeiro até agora não aumentei a dívida e ainda paguei dois milhões de euros", afirmou o autarca, adiantando que a dívida da câmara se situa actualmente nos 10 milhões de euros, mas "os activos superam quatro vezes o passivo".

Relativamente à situação financeira da autarquia em 2006, ano a que respeita o anuário da CTOC, Paulo Teixeira atribuiu-a à dívida de 4,5 milhões de euros do Estado à câmara e aos elevados investimentos feitos na renovação do parque escolar, abastecimento de água, renovação do edifício dos Paços do Concelho, remodelação do hospital e da rede viária municipal e construção de infra-estruturas desportivas.

"Gostáramos era que o Governo fizesse à Câmara de Castelo de Paiva o que fez à de Lisboa, que nós pagávamos já as nossas dívidas de curto prazo", sustentou o autarca, referindo-se à compra do terreno para o Hospital de Todos os Santos e da Epal.

O presidente da Câmara de Mondim de Basto, Pinto de Moura, disse à Lusa que a situação de endividamento da autarquia se deve às várias obras realizadas, algumas apenas com verbas próprias, e aos atrasos na chegada dos fundos comunitários.

O social-democrata Fernando Pinto de Moura, à frente da autarquia desde 1982, refere que estão em curso no concelho obras como o abastecimento de água e estação de tratamento (dois milhões de euros), Biblioteca Municipal (um milhão de euros), uma escola do ensino básico (600 mil euros), ou a recuperação do edifícios dos Paços do Concelho (1,5 milhões de euros).

Neste concelho, com 171,87 quilómetros quadrados de área e 8.574 habitantes, subdividido em oito freguesias, existem "apenas 30 quilómetros de estrada nacional", pelo que o autarca salientou o "forte investimento do município" na repavimentação e requalificação das estradas municipais.

Pinto de Moura sustentou ainda que a situação de endividamento, se deveu "a atrasos na chegada de fundos comunitários ou dos contratos-programa destinados a pagar as obras em curso no concelho".

"Mal as dívidas à autarquia sejam pagas, nós poderemos também pagar o dinheiro que devemos. Como somos pessoas de bem vamos pagar", afirmou o autarca.

Pinto de Moura sustenta que a situação financeira do município também "foi fruto" da nova Lei das Finanças Locais.

"Enquanto com a outra lei estávamos com a capacidade de endividamento na ordem dos 10 milhões de euros, as novas regras obrigaram a somar todas as dívidas não nos permitindo mais ir buscar essa receita", salientou.

O autarca referiu ainda que a câmara "cumprirá a lei" no que diz respeito aos seus funcionários, possuindo actualmente cerca de centena e meia de trabalhadores.

"As câmaras têm recebido novas atribuições e num concelho onde há poucas entidades empregadoras, as autarquias assumem também um relevante papel social", salientou.

PD/PLI.